

DIREITO PÚBLICO LICITATÓRIO

INFORMAÇÕES GERAIS

APRESENTAÇÃO

O Direito Público é o conjunto de normas que disciplina os interesses do Estado e particulares, e compete estabelecer a subordinação entre eles. Cabe também ao Direito Público regular as ações dos cidadãos na esfera pública, defendendo prioritariamente o interesse público.

Alguns princípios do Direito Público permitem interpretar as normas de forma mais segura e objetiva, de forma a garantir a isonomia na aplicação do Direito. São eles: autoridade pública, submissão do Estado à ordem jurídica, função, igualdade dos particulares perante o Estado, responsabilidade objetiva, publicidade e igualdade de pessoas.

Vale ressaltar que estes princípios vão ao encontro dos princípios licitatórios, conforme o artigo 37 da Constituição Federal, as licitações devem levar em conta os princípios da legalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade, eficiência, do princípio da vinculação ou instrumento convocatório e o julgamento objetivo.

A licitação é um procedimento administrativo, repletos de termos jurídicos, realizados por todos os órgãos públicos do Brasil para aquisição de produtos e serviços utilizados nas repartições públicas, oferecidos com o melhor preço e condições para a Administração Pública. Apesar das licitações confundirem muitas empresas e profissionais, que acabam desistindo de oferecerem seus produtos e serviços nas licitações, é importante lembrar que a licitação é um processo democrático que abre oportunidades para fornecedores dos mais diversos segmentos.

OBJETIVO

Adquirir conhecimentos e autonomia sobre o Direito Público Licitatório para desenvolver capacidades para atuar em repartições públicas do país para fechar um contrato para aquisição de bens ou serviços, auxiliando empresas e profissionais, para oferecerem seus produtos e serviços nas licitações abrindo oportunidades para fornecedores dos mais diversos segmentos do país.

METODOLOGIA

Em termos gerais, a metodologia será estruturada e desenvolvida numa dimensão da proposta em EAD, na modalidade online ou semipresencial, visto que a educação a distância está consubstanciada na concepção de mediação das tecnologias em rede, com momentos presenciais e atividades a distância em ambientes virtuais de aprendizagens, que embora, acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas que se interagem através das tecnologias de comunicação. Assim, todo processo metodológico estará pautado em atividades nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA).

| Código | Disciplina | Carga Horária |
|--------|------------|---------------|
|--------|------------|---------------|

APRESENTAÇÃO

Registros Mercantis. O empresário. Disposições gerais sobre sociedades. Institutos empresariais. Sociedades. Modalidades de Sociedades quanto à sua relação com outras pessoas jurídicas. Modalidades de sociedades quanto à sua forma. Propriedade Industrial.

OBJETIVO GERAL

Este componente curricular visa preparar o estudante ou profissional da área jurídica a aplicar o direito empresarial nas diversas situações do mundo dos negócios, abordando as naturezas jurídicas das sociedades, seu nascimento e morte, passando pelos vários processos jurídicos como a recuperação judicial, desconsideração da personalidade jurídica, entre muitos outros.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Explicar o empresário individual e a sociedade empresária.
- Entender os procedimentos simplificados para micro e pequenas empresas.
- Identificar e compreender o capital social seus direitos e deveres.
- Compreender as consequências da dissolução, recuperação judicial e falência.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – SOCIEDADES E EMPRESAS

PERSONIFICAÇÃO DAS SOCIEDADES

REGISTROS MERCANTIS

SIGILO

MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

UNIDADE II – CAPITAL SOCIAL E O DIREITO EMPRESARIAL

TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL

CAPACIDADE JURÍDICA EMPRESARIAL

CAPITAL SOCIAL E A SUA INTEGRALIZAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL

UNIDADE III – DISSOLUÇÃO, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA

DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS

FALÊNCIA

UNIDADE IV – TIPOS DE SOCIEDADES EMPRESARIAIS

SOCIEDADES EMPRESÁRIAS

SOCIEDADES PERSONIFICADAS

SOCIEDADES PERSONIFICADAS POR AÇÕES

SOCIEDADES COOPERATIVAS

REFERÊNCIA BÁSICA

CHAGAS, E. E. **Direito empresarial esquematizado**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MAMEDE, G. **Manual de direito empresarial**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 18. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2018.

RAMOS, A. L. S. C. **Direito empresarial**. 9. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2019.

PERIÓDICOS

TOMAZETTE, M. **Curso de direito empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2018.

| | | |
|------|--------------------|----|
| 4973 | Direito Tributário | 60 |
|------|--------------------|----|

APRESENTAÇÃO

Normas gerais do direito tributário, código tributário nacional, competência tributária. Receitas públicas e tributos, ilícito tributário. Contencioso administrativo tributário.

OBJETIVO GERAL

Esta disciplina tem por objetivo capacitar o estudante ou profissional da área jurídica a entender e aplicar o direito tributário nas organizações.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Compreender e aplicar os fundamentos do direito tributário, aspectos legais de ordem econômica e financeira.
- Definir tributos e a administração tributária.
- Conhecer e interpretar os princípios de ilícito e punibilidade na esfera tributária.
- Explicar o contencioso tributário, administrativo e judicial tributário e interpretar princípios jurídicos do direito processual tributário.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – FUNDAMENTOS DO DIREITO TRIBUTÁRIO

NOÇÕES INTRODUTÓRIAS DO DIREITO TRIBUTÁRIO

ASPECTOS LEGAIS DO DIREITO TRIBUTÁRIO

LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR

LIMITAÇÕES, PODERES E ATRIBUIÇÃO DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

UNIDADE II – TRIBUTOS E A ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

TRIBUTOS: CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO

IMPOSTOS E TAXAS
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
OBRIGAÇÃO, CRÉDITO E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

UNIDADE III – ILÍCITO E PUNIBILIDADE NA ESFERA TRIBUTÁRIA

PUNIBILIDADE NO DIREITO TRIBUTÁRIO
INFRAÇÃO TRIBUTÁRIA: CLASSIFICAÇÃO E PRINCÍPIOS
ILÍCITO PENAL FISCAL: CONCEITO E ESPÉCIES
SANÇÕES

UNIDADE IV – AÇÕES JUDICIAIS NA ESFERA TRIBUTÁRIA

CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO
PRINCÍPIOS JURÍDICOS DO DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONTENCIOSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO

REFERÊNCIA BÁSICA

ALEXANDRE, R. **Direito Tributário Esquematizado**, 4^a Ed. Editora: Método, Ano: 2010.

ALEXANDRE, R. **Direito tributário** - 11. ed. Rev. atual. e ampl. - Salvador - Ed. JusPodivm, 2017.

AMADO, A. N. S., **Ilírito Tributário: Conceito e espécies**. Jus Navigandi. Publicado em 09/2014. Acesso em: <https://jus.com.br/artigos/32356>.

AMARO, L. **Direito Tributário**. 12^a ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

ATALIBA, G. **Apontamentos de Ciência das Finanças, Direito Financeiro e Tributário**, São Paulo: RT, 1969.

?BRASIL.?Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituição.htm>.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Consulta. Orçamento. Glossário. Exercício Financeiro**. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/orcamento/glossario/exercicio-financeiro>>

BRASIL. **Lei nº 4.320**, de 17 de Março de 1964. Estatui Normais Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da união, dos Estados, dos Municípios, e do Distrito Federal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 04 de Maio de 1694. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>

BRASIL. **Lei nº 5.172**, de 25 de outubro de 1966. Institui o Código Tributário Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 27 out. 1966. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm>

CARNELUTTI, F. **Sistema de Direito Processual Civil**, tradução de Hiltomar Martins Oliveira, São Paulo: Classicbook, 2000, v. 1.

CARVALHO, P. B. **Curso de Direito Tributário**. 14^a ed. Ver. São Paulo: Saraiva. 2011.

CASSONE, V. **Direito tributário**. - 28. ed. – São Paulo : Atlas, 2018.

DINAMARCO, C. R. **Instituições de Direito Processual Civil**, 3. ed., São Paulo: Malheiros, 2003, v. 1;

HARADA, K. **Direito Financeiro e Tributário**. – 27. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2018.

MACHADO, H. B. **Processo tributário** / . – 10. ed. rev e atual. – São Paulo : Atlas, 2018;

MARTINS, I. G. da S.?Limites constitucionais às contribuições no domínio econômico. Artigo publicado no site?www.haradaadvogados.com.br>

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 20^a edição atualizada. Malheiros: São Paulo, 1990;

NOVAIS, R. **Direito tributário facilitado**. – 3. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

PONTES DE MIRANDA, **Comentários ao Código de Processo Civil**, 5. ed., atualizada por Sérgio Bermudes, Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 78; Comentários à Constituição de 1967, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1967;

SABBAG, E. **Direito tributário essencial**. – 6. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

Supremo Tribunal Federal – Segunda Turma. **Recurso Extraordinário 137689 PE**. Relator: Min. Néri da Silveira. Data de Julgamento 20/09/1994. Vol. 01791-04 PP-00825. Diário Oficial da Justiça 16/06/1995.

Supremo Tribunal Federal – Tribunal Pleno. **Recurso Extraordinário Nº. 138284-8 CE**. Rel. Min. Carlos Velloso. Data de Julgamento 01/07/1992.

PERIÓDICOS

TRF5 – Quarta Turma. **APELAÇÃO CÍVEL: AC 468268 CE 0012473-79.2006.4.05.8100**. Relator Desembargador Federal José Baptista de Almeida Filho. Data de Publicação: DJe 29/01/2010, p. 630. Disponível em: <<https://www4.trf5.jus.br/Jurisprudencia/JurisServlet?op=exibir&tipo=1>>

VILANOVA, L. **Causalidade e Relação no Direito**. 4^a ed. Ver, atual. E ampl. São Paulo. Revista dos tribunais. Publicação 2000.

4839

Introdução à Ead

60

APRESENTAÇÃO

Fundamentos teóricos e metodológicos da Educação a distância. Ambientes virtuais de aprendizagem. Histórico da Educação a Distância. Avaliação em ambientes virtuais de aprendizagem apoiados pela Internet.

OBJETIVO GERAL

Aprender a lidar com as tecnologias e, sobretudo, com o processo de autoaprendizagem, que envolve disciplina e perseverança.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Analisar e entender EAD e TIC (Tecnologia de Informação e Comunicação), Ambiente virtual de ensino e Aprendizagem, Ferramentas para navegação na internet.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – AMBIENTAÇÃO NA APRENDIZAGEM VIRTUAL

PRINCIPAIS CONCEITOS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
GERENCIAMENTO DOS ESTUDOS NA MODALIDADE EAD
AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM
RECURSOS VARIADOS QUE AUXILIAM NOS ESTUDOS

UNIDADE II – APRIMORANDO A LEITURA PARA A AUTOAPRENDIZAGEM

A LEITURA E SEUS ESTÁGIOS
OS ESTÁGIOS DA LEITURA NOS ESTUDOS
ANÁLISE DE TEXTOS
ELABORAÇÃO DE SÍNTESES

UNIDADE III – APRIMORANDO O RACIOCÍNIO PARA A AUTOAPRENDIZAGEM

O RACIOCÍNIO DEDUTIVO
O RACIOCÍNIO INDUTIVO
O RACIOCÍNIO ABDUTIVO
A ASSOCIAÇÃO LÓGICA

UNIDADE IV – FERRAMENTAS DE PRODUTIVIDADE PARA A EAD

INTERNET E MANIPULAÇÃO DE ARQUIVOS
COMO TRABALHAR COM PROCESSADOR DE TEXTO?
COMO FAZER APRESENTAÇÃO DE SLIDES?
COMO TRABALHAR COM PLANILHAS DE CÁLCULO?

REFERÊNCIA BÁSICA

VALENZA, Giovanna M.; COSTA, Fernanda S.; BEJA, Louise A.; DIPP, Marcelo D.; DA SILVA, Sílvia C. **Introdução à EaD**. Editora TeleSapiens, 2020.

SANTOS, Tatiana de Medeiros. **Educação a Distância e as Novas Modalidades de Ensino**. Editora TeleSapiens, 2020.

MACHADO, Gariella E. **Educação e Tecnologias**. Editora TeleSapiens, 2020.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

DUARTE, Iria H. Q. **Fundamentos da Educação**. Editora TeleSapiens, 2020.

DA SILVA, Jessica L. D.; DIPP, Marcelo D. **Sistemas e Multimídia**. Editora TeleSapiens, 2020.

PERIÓDICOS

DA SILVA, Andréa C. P.; KUCKEL, Tatiane. **Produção de Conteúdos para EaD**. Editora TeleSapiens, 2020.

THOMÁZ, André de Faria; BARBOSA, Thalyta M. N. **Pensamento Científico**. Editora TeleSapiens, 2020.

APRESENTAÇÃO

Origem e princípios da administração pública. A reforma do estado e a modernização do setor público. O trabalho na administração pública. Peculiaridades da administração pública brasileira. Os três poderes. Governança e governabilidade. As formas de administração pública. Planejamento da administração pública. Organizações sociais, agências executivas e reguladoras. Normas gerais sobre licitações e contratos administrativos. Administração pública e a economia. Funcionalismo público e as terceirizações. Processos e tecnologias na administração pública. Modernização da máquina pública versus burocracia. Os limites da política sobre a máquina pública. Ética na administração pública.

OBJETIVO GERAL

Este conteúdo visa fundamentar conceitos e demonstrar práticas relacionadas à administração pública, abordando desde a história e evolução da máquina pública, até os aspectos legislativos e jurisdicionais dos organismos públicos e sua relação com outros tipos de organização social.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Distinguir a administração pública brasileira das demais formas de administração.
- Classificar e compreender os papéis dos Três Poderes.
- Compreender as relações entre as organizações sociais, agências executivas e agências reguladoras.
- Identificar os ganhos da Modernização da máquina pública versus burocracia.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – PRINCÍPIOS E FUNDAMENTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ORIGEM E PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A REFORMA DO ESTADO E A MODERNIZAÇÃO DO SETOR PÚBLICO

O TRABALHO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PECULIARIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

UNIDADE II – ORGANIZAÇÃO DOS PODERES PÚBLICOS

OS TRÊS PODERES

GOVERNANÇA E GOVERNABILIDADE

AS FORMAS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIDADE III – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ECONOMIA, LICITAÇÕES E FUNCIONALISMO

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, AGÊNCIAS EXECUTIVAS E REGULADORAS

NORMAS GERAIS SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A ECONOMIA

FUNCIONALISMO PÚBLICO E AS TERCEIRIZAÇÕES

UNIDADE IV – PROCESSOS, TECNOLOGIAS E POLÍTICAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROCESSOS E TECNOLOGIAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MODERNIZAÇÃO DA MÁQUINA PÚBLICA VERSUS BUROCRACIA

OS LIMITES DA POLÍTICA SOBRE A MÁQUINA PÚBLICA

ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

REFERÊNCIA BÁSICA

ARAÚJO, V. de C. **A conceituação de governabilidade e governança, da sua relação entre si e com o conjunto da reforma do Estado e do seu aparelho.** Brasília: ENAP, 2002.

BRANCHIER, A.; TESOLIN, J. **Direito e Legislação Aplicada.** Curitiba: IBPEX, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília. Senado Federal, 2010.

FERREIRA, V. C. P.; CARDOSO, A. S. R. C.; CORRÊA, C. J.; FRANÇA, C. F., **Modelos de Gestão.** Rio de Janeiro, FGV Management, 2006.

KANAANE, R. FILHO A. F. e FERREIRA, M. G. **Gestão Pública: Planejamento, Processos e sistemas de Informações e Pessoas.** Atlas, São Paulo, 2010.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

OLIVEIRA, D. **Administração Pública: Foco na otimização do modelo administrativo.** São Paulo: Atlas, 2014.

OLIVEIRA, **Djalma de Pinho Rebouças.** Administração Pública: Foco na otimização do modelo administrativo. São Paulo: Atlas, 2014.

SÁ, A.L. **Ética profissional.** 8 Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PERIÓDICOS

SOUTO, M.J. **Desestatização: privatização, concessões e terceirizações.** Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2000.

TEIXEIRA, J. M. B; RIBEIRO, M.T.F. **Gestão de pessoas na administração pública: teorias e conceitos**. Curitiba, Intersaberes, 2017.

5001

Elaboração e Gestão de Contratos

60

APRESENTAÇÃO

Contexto da existência dos contratos. Definição de contrato. Evolução histórica do conceito de contrato e seus reflexos nos dias atuais. Contrato no Direito Romano. Contrato no Direito Medieval. Contrato no Direito Moderno. Estrutura de um contrato e seus princípios enformadores. Objetivos do contrato e sua relação com princípios fundamentais. Elementos indispensáveis ao contrato e partes essenciais. Requisitos de validade de um contrato. Identificação de alguns tipos de contratos na prática. Análise da classificação dos contratos no Código Civil. Contratos empresariais. Contratos de trabalho. Outros tipos de contratos. Importância da gestão de contratos. Benefícios da gestão contratual e boas práticas contratuais. Processos de renovação, rescisão e outras medidas extrajudiciais. Plataformas de contratos eletrônicos.

OBJETIVO GERAL

Garantir agilidade nos trâmites organizacionais na criação, execução, gerenciamento e análise de contratos com maior qualidade e em conformidade em todo o ciclo de vida do documento reduzindo custos operacionais. Gerenciar o armazenamento e históricos contratuais. Controlar os prazos de vencimento para renovação de contratos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Averiguar de que maneira se consolidou o conceito de contrato atualmente com base nas transformações pelas quais enfrentou no decorrer do tempo.
- Identificar os elementos indispensáveis ao contrato bem como as partes essenciais.
- Explorar alguns tipos de contratos empresariais e contratos de trabalho.
- Observar como se forma outros tipos de contratos igualmente importantes.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I

Evolução do Contrato
O Contrato no Direito Romano
O Contrato no Direito Medieval
O Contrato no Direito Moderno

UNIDADE II

Objetivos do Contrato
Elementos Indispensáveis ao Contrato
Partes Essenciais do Contrato
Requisitos de Validade

UNIDADE III

Classificação dos Contratos no Direito Civil
Contratos Empresariais
Contratos de Trabalho
Outros Tipos de Contrato

UNIDADE IV

Benefícios da Gestão de Contratos
Boas Práticas Contratuais e Principais Pontos de Atenção
Processos de Renovação, Rescisão e Outras Medidas Extrajudiciais
Plataformas de Contratos Eletrônicos

REFERÊNCIA BÁSICA

AURELIO, Dicionário. **Definição de Vassalos**. Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/vassalos/> >.

BOUZON, E. **O Código de Hammurabi**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 108-109.

CARAVANTES, G. R. **Teoria geral da administração: pensando e fazendo**. 3. ed. Porto Alegre: AGE, 1998.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas: e o novo papel dos recursos humanos na organização**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 415-427.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

CORDEIRO, A. M. **Da Boa-Fé no Direito Civil**. Coimbra: Almedina: 1997

DELGADO, M. G. **Contrato de trabalho caracterização, distinções, efeitos**. São Paulo: Ltr, 1999, p.16.

DH NET. **Lei das XII Tábuas**. Disponível em: < <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/12tab.htm> >

DIMAS, I. D; LOURENÇO, P. R. **Conflitos e Gestão de Conflitos em Contexto Grupal**. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2011.

FARIAS, C. C. de., ROSENVOLD, N., NETTO, F. B. **Manual de Direito Civil.** 5º Edição.
Editora: Juspodivm, 2020.

FORGIONI, P. **Teoria Geral dos Contratos Empresariais.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

GARCEZ, M. **Das Nulidades dos Atos Jurídicos.** 5ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

GILISSEN, J. **Introdução histórica ao direito.** Trad. António Manuel Hespanha e Manuel Luís Macaísta Malheiros. 3. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001. p. 736.

JONES, G. R. **Teoria das organizações.** 6. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

LENZA, P. **?Direito Constitucional esquematizado.** São Paulo, Método, 2007;

MARKY, T. **Curso Elementar de Direito Romano.** 8. Ed. Saraiva: 1995.

MARTINS, F. **Contratos e obrigações comerciais.** 17. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

MOORE, C. W. **O Processo de Mediação: Estratégias Práticas para a Resolução de Conflitos.** Trad. Magda França Lopes. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. p.5.

PERIÓDICOS

MOREIRA ALVES, J. C. **Direito Romano.** 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

PAGLIUSO, A. T.; CARDOSO, R.; SPIEGEL, T. **Gestão organizacional: o desafio da construção do modelo de gestão.** São Paulo: Saraiva, 2010.

RIBEIRO, M. C. P.; GALESKI JUNIOR, I. **Teoria geral dos contratos:** contratos empresariais e análise econômica. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

ROBBINS, S. P. **Comportamento Organizacional.** 9ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

ROOPPO, E. **?O contrato.** Coimbra: Almedina, 2009.

SIGNIFICADOS, Língua Portuguesa. Disponível em: <https://www.significados.com.br/>

STEINMTEZ, K. “**Oxford Dictionaries Adds Janky, Egot and Ridesharing**”. In TIME. Disponível em: <<http://time.com/3724601/Oxford-dictionary-janky-egot-ridesharing/>>.

APRESENTAÇÃO

Conceito de licitações públicas, seu objeto, sua finalidade, seus destinatários e a obrigatoriedade de licitar. A legislação relacionada com as licitações públicas e os princípios pertinentes. As modalidades e os tipos de licitação e o sistema de registro de preços da administração pública. As fases do procedimento licitatório, incluindo a audiência pública, o edital, a comissão de licitação, a carta-convite, a habilitação dos licitantes, o julgamento das propostas, e a adjudicação ao vencedor. As contratações diretas através da dispensa e inexigibilidade de licitação. A alienação de bens pela administração pública. A substituição, o parcelamento e fracionamento de despesas. A revogação e anulação do procedimento licitatório, o recurso, a representação e o pedido de reconsideração nos procedimentos licitatórios. O processo de licitações para

microempresas, empresas de pequeno porte e consórcios públicos. O Regime Diferenciado de Contratações Públicas. As normas gerais aplicáveis às licitações e às contratações de serviços de publicidade. As sanções administrativas e a tutela judicial cabível aos licitantes.

OBJETIVO GERAL

Este conteúdo visa preparar o estudante ou profissional de Direito ou Gestão Pública para entender e aplicar os procedimentos administrativos necessários à condução de um certame licitatório, à luz da Lei 8.666 de 1983.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Entender o conceito, a finalidade, o objeto, os destinatários e a obrigatoriedade de licitar.
- Identificar as fases do procedimento licitatório e compreender a audiência pública.
- Compreender a revogação e a anulação do procedimento licitatório, entender o recurso, a representação e o pedido de reconsideração.
- Identificar as normas gerais aplicáveis às licitações e às contratações de serviços de publicidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – FUNDAMENTOS LICITATÓRIOS

CONCEITO, FINALIDADE, OBJETO, DESTINATÁRIOS E OBRIGATORIEDADE DE LICITAR

LEGISLAÇÃO E PRINCÍPIOS LICITATÓRIOS

MODALIDADE DE LICITAÇÃO

TIPOS DE LICITAÇÃO E SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

UNIDADE II – FASES DE UM PROCESSO LICITATÓRIO

FASES DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL, COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CARTA-CONVITE

HABILITAÇÃO DOS LICITANTES

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO VENCEDOR

UNIDADE III – DISPENSA, INEXIGIBILIDADE E PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E ALIENAÇÃO DE BENS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SUBSTITUIÇÃO, PARCELAMENTO E FRACIONAMENTO DE DESPESAS

REVOGAÇÃO, ANULAÇÃO, RECURSO, REPRESENTAÇÃO E PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO

UNIDADE IV – CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E JUDICIALIZAÇÃO LICITATÓRIA

LICITAÇÕES PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E CONSÓRCIOS PÚBLICOS

REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

NORMAS GERAIS APLICÁVEIS ÀS LICITAÇÕES E ÀS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E TUTELA JUDICIAL

REFERÊNCIA BÁSICA

ALEXANDRINO, M.; PAULO, V. **Direito Administrativo Descomplicado**. 20º Ed. São Paulo; Método, 2012.

BRAZ, P. “**Processo de Licitação – Contrato Administrativo e Sanções Penais**”, ed. Livraria do Direito, 2012.

CARVALHO FILHO, J. d S. **Manual de Direito Administrativo**. 27ª ed. São Paulo: Atlas, 2014

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

JUSTEN FILHO, M. **Comentários à lei de licitações e Contratos Administrativos**. 15 ed. São Paulo: Dialética, 2012.

MOTTA, C. P. C. **Eficácia nas Licitações e Contratos**, Del Rey, 9. ed. atualizada, 2002.

PERIÓDICOS

SCATOLINO, G.; TRINDADE, J. **Manual de Direito Administrativo**. 4^º Ed. Salvador: Ed. Juspodivm, 2016.

4988

Direito Notarial e Registral

60

APRESENTAÇÃO

Conceitos e características do Direito Notarial e do Direito Registral. Princípios do Direito Notarial e do Direito Registral. Considerações sobre a atividade notarial e registral. Incompatibilidade, impedimentos e extinção dos serviços notarial e registral. O Tabelionato de Notas. Escrituras Públicas. Tipos de escritura pública. Ata notarial. Registro civil das pessoas naturais. Do Registro de nascimentos e do de Casamento. Do Registro de Óbito, da Emancipação e da Interdição. O Registro Civil das pessoas jurídicas. Registro de títulos e documentos. Os livros de títulos e documentos. Protesto de títulos. Registro de imóveis e os seus livros.

OBJETIVO GERAL

Esta disciplina tem por objetivo capacitar o estudante ou profissional da área jurídica a aplicar a legislação e os procedimentos notariais e registrais na gestão e operação de tabelionatos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Compreender as características do Direito Notarial e do Direito Registral.
- Identificar a responsabilidade, direitos e deveres da atividade notarial e registral.
- Compreender a finalidade do registro civil das pessoas naturais e os tipos de atos.
- Aplicar os procedimentos de execução, sustação e cancelamento dos protestos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – FUNDAMENTOS DO DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL

DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL: CONCEITO E CARACTERÍSTICAS

DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL: PRINCÍPIOS

ATIVIDADES NOTARIAIS E REGISTRAIS

INCOMPATIBILIDADE, IMPEDIMENTOS E EXTINÇÃO DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRAIS

UNIDADE II – ATIVIDADES DO TABELIONATO
ATRIBUIÇÕES DO TABELIONATO DE NOTAS
ESCRITURAS PÚBLICAS: CARACTERÍSTICAS GERAIS
TIPOS DE ESCRITURA PÚBLICA
ATA NOTARIAL

UNIDADE III – TIPOS DE REGISTRO
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
REGISTROS DE NASCIMENTO E CASAMENTO
REGISTROS DE ÓBITO, EMANCIPAÇÃO E INTERDIÇÃO
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

UNIDADE IV – TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
LIVROS DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
PROTESTO DE TÍTULOS
REGISTRO DE IMÓVEIS

REFERÊNCIA BÁSICA

LOUREIRA, L. G. **Registros Públicos, Teoria e prática.** Salvador: Ed. Juspodivm, 2017.

MELO, M. A. S. **Revista de Direito Imobiliário.** São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2012.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

PADOIN, F. F. **Direito Notarial e registral.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

TIBÃES, A. C. B. **Direito imobiliário: Sistema notarial e registral.** Montes Claros: E-tecBrasil, 2015.

PERIÓDICOS

LOUREIRA, L. G. **Registros Públicos, Teoria e prática.** Salvador: Ed. Juspodivm, 2017.

4847

Pensamento Científico

60

APRESENTAÇÃO

A ciência e os tipos de conhecimento. A ciência e os seus métodos. A importância da pesquisa científica. Desafios da ciência e a ética na produção científica. A leitura do texto teórico. Resumo. Fichamento. Resenha. Como planejar a pesquisa científica. Como elaborar o projeto de pesquisa. Quais são os tipos e as técnicas de pesquisa. Como elaborar um relatório de pesquisa. Tipos de trabalhos científicos. Apresentação de trabalhos acadêmicos. Normas das ABNT para Citação. Normas da ABNT para Referências.

OBJETIVO GERAL

Capacitar o estudante, pesquisador e profissional a ler, interpretar e elaborar trabalhos científicos, compreendendo a filosofia e os princípios da ciência, habilitando-se ainda a desenvolver projetos de pesquisa.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Compreender a importância do Método para a construção do Conhecimento.
- Compreender a evolução da Ciência.
- Distinguir os tipos de conhecimentos (Científico, religioso, filosófico e prático).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A CIÊNCIA E OS TIPOS DE CONHECIMENTO

A CIÊNCIA E OS SEUS MÉTODOS

A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA CIENTÍFICA

DESAFIOS DA CIÊNCIA E A ÉTICA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

UNIDADE II – TÉCNICAS DE LEITURA, RESUMO E FICHAMENTO

A LEITURA DO TEXTO TEÓRICO

RESUMO

FICHAMENTO

RESENHA

UNIDADE III – PROJETOS DE PESQUISA

COMO PLANEJAR A PESQUISA CIENTÍFICA?

COMO ELABORAR O PROJETO DE PESQUISA?

QUAIS SÃO OS TIPOS E AS TÉCNICAS DE PESQUISA?

COMO ELABORAR UM RELATÓRIO DE PESQUISA?

UNIDADE IV – TRABALHOS CIENTÍFICOS E AS NORMAS DA ABNT

TIPOS DE TRABALHOS CIENTÍFICOS

APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

NORMAS DAS ABNT PARA CITAÇÃO

NORMAS DA ABNT PARA REFERÊNCIAS

REFERÊNCIA BÁSICA

THOMÁZ, André de Faria; BARBOSA, Thalyta M. N. **Pensamento Científico**. Editora TeleSapiens, 2020.

VALENTIM NETO, Adauto J.; MACIEL, Dayanna dos S. C. **Estatística Básica**. Editora TeleSapiens, 2020.

FÉLIX, Rafaela. **Português Instrumental**. Editora TeleSapiens, 2019.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

VALENZA, Giovanna M.; COSTA, Fernanda S.; BEJA, Louise A.; DIPP, Marcelo D.; DA SILVA, Silvia Cristina. **Introdução à EaD**. Editora TeleSapiens, 2020.

OLIVEIRA, Gustavo S. **Análise e Pesquisa de Mercado**. Editora TeleSapiens, 2020.

PERIÓDICOS

CREVELIN, Fernanda. **Oficina de Textos em Português**. Editora TeleSapiens, 2020.

DE SOUZA, Guilherme G. **Gestão de Projetos**. Editora TeleSapiens, 2020.

APRESENTAÇÃO

Elaboração do Trabalho de conclusão de curso pautado nas Normas aprovadas pelo Colegiado do Curso, utilizando conhecimentos teóricos, metodológicos e éticos sob orientação docente. Compreensão dos procedimentos científicos a partir de um estudo de um problema de saúde; desenvolvimento de habilidades relativas às diferentes etapas do processo de pesquisa; aplicação de um protocolo de pesquisa; elaboração e apresentação do relatório de pesquisa.

OBJETIVO GERAL

Construir conhecimentos críticos reflexivos no desenvolvimento de atitudes e habilidades na elaboração do trabalho de conclusão de curso.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Revisar construindo as etapas que formam o TCC: artigo científico.
- Capacitar para o desenvolvimento do raciocínio lógico a realização da pesquisa a partir do projeto de pesquisa elaborado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A Pesquisa Científica;

Estrutura geral das diversas formas de apresentação da pesquisa;

Estrutura do artigo segundo as normas específicas;

A normalização das Referências e citações.

REFERÊNCIA BÁSICA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: informação e documentação – resumo, resenha e recensão - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed., rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

VOLPATO, Gilson Luiz. Como escrever um artigo científico. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica**, Recife, v. 4, p.97-115, 2007. Disponível em:

<http://www.journals.ufrpe.br/index.php/apca/article/view/93>. Acesso em 04 jul. 2018.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed., rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

PERIÓDICOS

VOLPATO, Gilson Luiz. Como escrever um artigo científico. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica**, Recife, v. 4, p.97-115, 2007. Disponível em: <http://www.journals.ufrpe.br/index.php/apca/article/view/93>. Acesso em 04 jul. 2018.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, ou seja, 70% de aproveitamento.

SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Os profissionais que se relacionam diretamente ao exercício de funções ou atividades ligadas ao Direito Ambiental, desenvolvendo a ciência jurídica e interação com a sociedade, desenvolverá habilidades para a resolução dos problemas do cotidiano na área ambiental, considerando os aspectos constitucionais e infraconstitucionais da legislação. Além disso, estará apto para atuar em consultorias e assessorias ambientais e urbanísticas especializadas, nas áreas cível, administrativa e penal, em processos administrativos e judiciais, habilitando-o também a ministrar aulas e palestras em empresas, organizações e cursos superiores.